

5 — O Procedimento de Notificação deve estabelecer a data a partir da qual tem início a notificação obrigatória de incidentes de Cibersegurança à SPMS, E. P. E.

6 — A participação nas sessões de esclarecimento promovidas pela SPMS, E. P. E., no âmbito desta matéria, é de carácter obrigatório, devendo ser garantida a presença de um elemento do órgão de direção e do Conselho de Administração/Diretivo do serviço, organismo ou entidade e o respetivo RNO.

7 — À SPMS, E. P. E., compete nomear, no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente despacho, o Elemento de Coordenação Operacional de Segurança (ECOS) da Saúde, o qual deve assegurar a operacionalização do Procedimento de Notificação e desempenhar funções de ponto único de contacto, do Ministério da Saúde, junto do Centro Nacional de Cibersegurança.

8 — A SPMS, E. P. E., garante a entrada em funcionamento de uma plataforma informática para suporte à NOCICS no prazo de 180 dias.

9 — A SPMS, E. P. E., deve promover a adoção de boas práticas através da partilha de normas e procedimentos junto das entidades abrangidas pelo presente despacho.

10 — A SPMS, E. P. E., compete coordenar e monitorizar a implementação e operacionalização das boas práticas, garantindo uma melhoria contínua da resposta a ciber-riscos, no setor da saúde.

11 — Trimestralmente, ou sempre que se justifique, a SPMS, E. P. E., reporta a este Gabinete os incidentes de segurança considerados significativos.

12 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

27 de janeiro de 2017. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Martins dos Santos Delgado*.

310220558

Despacho n.º 1349/2017

1 — Considerando a proposta do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., o parecer favorável do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., autorizar o exercício de funções médicas a tempo parcial pelo aposentado Rui Manuel Gomes Pedrosa, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2015, de 15 de abril, em particular, nos artigos 4.º e 5.º, em conjugação com o artigo 37.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

2 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

1 de fevereiro de 2017. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Martins dos Santos Delgado*.

310230001

Secretaria-Geral

Aviso n.º 1504/2017

1 — Faz-se público que a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde pretende recrutar 1 (um) assistente técnico, em regime de mobilidade na categoria entre serviços, nos termos dos artigos 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

2 — Caracterização da oferta:

a) Tipo de oferta: Mobilidade na categoria entre serviços.

b) Carreira e categoria: Assistente Técnico.

c) Remuneração: A mesma da categoria de origem, por força da alínea d) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 82-A/2014, de 31 de dezembro, mantida em vigor pelo n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

d) Caracterização do posto de trabalho:

Funções de recolha, tratamento e difusão de informação de carácter geral ou específico, com interesse para as atividades do Ministério da Saúde, dos profissionais de saúde e dos cidadãos;

Atendimento multicanal aos cidadãos;
Apoio, no âmbito da comunicação e das relações públicas, a reuniões e eventos;

Apoio a comissões e grupos de trabalho;

Tramitação de atos para publicação no *Diário da República*;

Elaboração da agenda parlamentar.

3 — Requisitos exigidos:

Ser detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, em efetividade de funções, com integração na carreira/categoria de assistente técnico;

Experiência profissional nas áreas mencionadas na caracterização do posto de trabalho;

Bons conhecimentos da orgânica do Ministério da Saúde e das normas de acesso ao Serviço Nacional de Saúde.

Bons conhecimentos de informática na ótica do utilizador.

4 — Local de trabalho: Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, Av. João Crisóstomo, n.º 9, 1049-062 Lisboa.

5 — Prazo de entrega da candidatura: 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicitação do presente aviso no *Diário da República*.

6 — Formalização da candidatura:

a) A candidatura deve ser formalizada através de requerimento dirigido à Secretária-Geral do Ministério da Saúde, entregue pessoalmente (entre as 09:30 e as 12:30 horas e as 14:30 e as 16:30 horas), ou por correio registado, com aviso de receção, para Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, Av. João Crisóstomo, n.º 9, 2.º andar, 1049-062 Lisboa, com a indicação: Recrutamento por mobilidade para assistente técnico.

b) O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

Um exemplar do *curriculum vitae*, atualizado, datado e assinado;
Fotocópia simples do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão.

7 — Seleção dos candidatos:

A seleção será feita com base na análise do *curriculum vitae*, complementada com entrevista.

30 de janeiro de 2017. — A Secretária-Geral, *Sandra Cavaca*.

310222031

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 1505/2017

A Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., conforme despacho da Senhora Presidente do Conselho Diretivo de 27 de janeiro de 2017, pretende proceder ao preenchimento de dois postos de trabalho por recurso à mobilidade, para exercício de funções na Unidade de Regime Jurídico de Emprego e das Relações Coletivas de Trabalho (URJ), nos termos do disposto nos artigos 92.º a 100.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

1 — Caracterização da Oferta:

Tipo de oferta: Mobilidade.

Remuneração: Nos termos da alínea d) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), em vigor por força da aplicação do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017).

2 — Caracterização do posto de trabalho:

Referência 2017/M1/URJ: 2 (dois) postos de trabalho da carreira de técnico superior.

Atividades: Assessoria técnico-jurídica em todas as matérias relacionadas com relações jurídicas de emprego no âmbito das entidades do SNS, particularmente na área da negociação e contratação coletiva, nomeadamente preparação técnico-jurídica e participação em reuniões de negociação e contratação coletiva e elaboração de proposta de articulado de diversos diplomas legais e convencionais.

Perfil de competências: Experiência profissional comprovada, particularmente na área da saúde, na área das relações coletivas de trabalho, bem como na análise ou preparação de projetos de diplomas legislativos e de outros atos normativos.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito.

3 — Requisitos gerais de admissão:

Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

4 — Local de trabalho:

Instalações da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., em Lisboa.

5 — Prazo de apresentação das candidaturas:

10 dias úteis a contar do dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 — Formalização da candidatura:

A candidatura deve ser formalizada, através de requerimento dirigido à Presidente do Conselho Diretivo da ACSS, I. P., com a menção expressa do vínculo, da carreira/categoria que detém, da posição e nível remuneratório e a correspondente remuneração mensal, contacto telefónico e e-mail.

Deve ser acompanhada: *Curriculum vitae* datado e assinado; Fotocópia legível do documento comprovativo das habilitações literárias; Comprovativos da avaliação de desempenho relativa ao último período,

não superior a três anos, que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar; Fotocópia dos certificados de formação frequentadas nos últimos 5 anos, relacionadas com as atividades que caracterizam o posto de trabalho a que se candidatam; Declaração, devidamente atualizada e autenticada, do serviço onde exerce funções, onde a identificação do vínculo de emprego público de que é titular, a categoria e a antiguidade na categoria e na carreira e a posição e nível remuneratório com a data de produção de efeitos e o correspondente montante pecuniário; Declaração, devidamente atualizada e autenticada das principais atividades que vem desenvolvendo e desde que data;

7 — Apresentação da candidatura:

A candidatura deve ser obrigatoriamente identificada com a menção “Recrutamento por Mobilidade” com indicação expressa do n.º do aviso do *Diário da República* e referência pretendida ou código da oferta da Bolsa de Emprego Público. A candidatura deverá ser apresentada até ao termo do prazo referido no ponto 5 do presente aviso, pessoalmente no Parque da Saúde de Lisboa — Edifício n.º 16, Avenida do Brasil n.º 53 — 1700-063 Lisboa ou através de correio registado com aviso de receção para a mesma morada ou para o e-mail: recrutamentos@acss.min-saude.pt.

8 — Seleção dos candidatos:

A seleção dos candidatos será efetuada através de avaliação curricular com base na análise do currículo profissional, complementada por entrevista profissional (apenas serão convocados para a realização da entrevista, os candidatos selecionados na avaliação curricular e que preencham os requisitos de admissão).

9 — A presente oferta de emprego será publicada na BEP, até ao 1.º dia útil seguinte à presente publicação e estará disponível na página eletrónica da ACSS, I. P.

30 de janeiro de 2017. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Marta Temido*.

310220541

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso n.º 1506/2017

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para o preenchimento de 164 postos de trabalho da carreira e categoria de assistente técnico, pertencentes ao mapa de pessoal da ARSLVT, I. P. — aviso n.º 8316/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 30 de julho, retificado pela Declaração de retificação n.º 705/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 161, de 19 de agosto, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 7 postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Estuário do Tejo, de acordo com o seguinte:

Nome	Data de início de contrato	Posicionamento remuneratório/TRU		Júri do período experimental
		Posição/nível	Remuneração	
Adelina Maria Ferreira de Sousa	01-11-2016	1.ª/5	683,13 €	Presidente — Maria Eduarda Gregório Lopes Tralha, Assistente Graduada de MGF; Vogais Efetivos — Célia de Matos Rito Teixeira, Assistente Técnica, que substituirá a Presidente nas suas faltas ou impedimentos e Isabel Maria Lourenço Ramos, Assistente Técnica; Vogais Suplentes — Maria de Fátima Vasques Marçal, Assistente Técnica e Clarinda Maria Ferreira Primoroso Martins, Assistente Técnica.
Ana Filipa Martins Freire Ponte Socialina Maria dos Santos Vieira	01-11-2016	1.ª/5	683,13 €	Presidente — Rui Alexandre Santos Queirós Valério, Assistente de MGF; Vogais Efetivos — Rosa Maria Justo Mendes Lourenço, Assistente Técnica, que substituirá a Presidente nas suas faltas ou impedimentos e Maria Soledade Lavadinho Estribio, Enfermeira; Vogais Suplentes — Carla Sofia Simões Cardoso Jorge, Assistente de MGF e Maria João Amorim Gomes, Enfermeira.
Anabela Parente Franco Santos . . .	01-11-2016	1.ª/5	683,13 €	Presidente — Maria Luísa Alves Matos Burlido, Assistente Graduada de MGF; Vogais Efetivos — Ana Isabel Dionísio Ribeiro, Assistente Técnica, que substituirá a Presidente nas suas faltas ou impedimentos e Raquel Antunes de Oliveira Gama, Enfermeira Vogais Suplentes — Lisete Maria Abreu Marques Cruz Remane, Assistente Graduada de MGF e Sandra Rute Maria Rodrigues Ramos, Assistente Técnica.
Cecília Maria Castanheira Esteves Alexandre. Doroteia Flauviana da Silva Falcão	14-11-2016 02-11-2016	1.ª/5	683,13 €	Presidente — Manuel António Bolina Pinto, Assistente Graduado de MGF; Vogais Efetivos — Paula Cristina Vasques da Costa, Enfermeira Chefe que substituirá a Presidente nas suas faltas ou impedimentos e Maria Teresa Neves Marcelo, Assistente Graduada de MGF; Vogais Suplentes — Maria Alice Couto Soeiro Medinas, Assistente Técnica e Ana Maria Silva Henriques, Assistente Técnica.
Maria da Piedade de Brito Coelho	01-11-2016	1.ª/5	683,13 €	Presidente — Joaquim Miranda Rocha Lopes, Assistente Graduado de MGF; Vogais Efetivos — Ana Cristina Preguiça Dionísio Silva, Enfermeira, que substituirá a Presidente nas suas faltas ou impedimentos e Maria Teresa Inácio Cruz Gato, Assistente Técnica; Vogais Suplentes — Olena Berezovska Trindade Lourenço, Assistente de MGF e Isabel Alexandra Baião Craveira, Assistente Técnica.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem duração de 120 dias, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com a cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Carreiras Gerais, publicado no *Diário da República* n.º 188, 2.ª série, parte J3, de 28 e setembro de 2009.

20 de janeiro de 2017. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Ribeiro de Matos Venade*.

310179776